



Revista História da Educação

ISSN: 1414-3518

rhe.asphe@gmail.com

Associação Sul-Rio-Grandense de
Pesquisadores em História da Educação
Brasil

Rodrigues de Oliveira, Fernando; Trevisan, Thabatha Aline
Medidas de controle da circulação do livro didático para o ensino de leitura e escrita em
São Paulo: atuação da comissão revisora de 1918
Revista História da Educação, vol. 19, núm. 45, enero-abril, 2015, pp. 103-125
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação
Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321638445007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MEDIDAS DE CONTROLE DA CIRCULAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE LEITURA E ESCRITA EM SÃO PAULO: ATUAÇÃO DA COMISSÃO REVISORA DE 1918

Fernando Rodrigues de Oliveira

Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, Brasil.

Thabatha Aline Trevisan

Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, Brasil.



Resumo

Com o objetivo de contribuir para a compreensão da história do ensino de leitura e escrita e a história das políticas de circulação dos livros didáticos em São Paulo, Brasil, apresentam-se resultados da análise dos documentos produzidos pela Comissão Revisora de Livros Didáticos, instituída em 1918 pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. Esta comissão teve como objetivo rever quais livros, dentre os já aprovados por comissões anteriores, deveriam continuar como recomendados para uso nas escolas primárias paulistas, relativamente ao ensino de leitura e escrita. Para tanto, foram produzidos diferentes relatórios, os quais são representativos das ações do governo paulista para controle da circulação e do uso dos livros didáticos nas escolas primárias no início do século 20.

Palavras-chave: livro didático, ensino de leitura e escrita, história da alfabetização, história da educação.

CONTROL MEASURES FOR CIRCULATION OF THE TEXTBOOK FOR TEACHING READING AND WRITING IN SÃO PAULO: THE ROLE OF THE 1918 REVIEWING COMMITTEE

Abstract

In order to contribute to the understanding of the history of the teaching of reading and writing and the history of political movement of textbooks in Sao Paulo, Brazil, we present the results of the analysis of the documents produced by the Review Commission Textbook, established in 1918 by the General Board of Education of São Paulo State. This commission aimed to review which books among the already approved by previous committees, should continue as recommended for use in elementary schools in São Paulo. For this, the commission has prepared various reports, which

are representative of the actions of the state government to control the circulation and use of textbooks in elementary schools in the early twentieth century.

Key-words: textbook, teaching reading and writing, history of literacy, history of education.

MEDIDAS DE CONTROL DE MOVIMIENTO DE LOS LIVROS DE TEXTO SOBRE ENSEÑANZA DE LA LECTURA Y LA ESCRITURA EN SÃO PAULO: EL PAPEL DE LA COMISIÓN DE REVISIÓN, 1918

Resumen

Con el objetivo de contribuir a la comprensión de la historia de la enseñanza de la lectura y la escritura y la historia del movimiento de los libros de texto en São Paulo, Brasil, se presentan los resultados del análisis de los documentos producidos por la Comisión de revisión de los libros de texto, establecida en 1918 por el Consejo General de Educación de São Paulo. Esta comisión tenía como objetivo revisar cuales libros, entre los ya aprobados por los comités anteriores, deben continuar como se recomienda para su uso en las escuelas primarias de São Paulo. Con este fin, se produjeron diversos documentos, que son representativos de las acciones del gobierno estatal para el control de la circulación y el uso de los libros de texto en las escuelas primarias a principios del siglo 20.

Palabras-clave: libros de texto, enseñar a leer y escribir, historia de la alfabetización, historia de la educación.

DES MESURES DE CONTRÔLE DE LA CIRCULATION DU MANUEL SCOLAIRE POUR L'ENSEIGNEMENT DE LA LECTURE ET DE L'ÉCRITURE DANS L'ÉTAT DE SÃO PAULO: LE RÔLE DE LA COMMISSION DE RÉVISION EN 1918

Résumé

Dans le but de contribuer par la compréhension de l'histoire de l'enseignement de la lecture et de l'écriture et par l'histoire des politiques de la circulation des manuels scolaires dans l'état de São Paulo, Brésil, on présente des résultats de l'analyse des documents produits par la Commission de révision des manuels scolaires, établi en 1918. Cette Commission qui visait à examiner les livres, parmi les déjà approuvé par les comités précédents, devraient continuer tel que recommandé pour une utilisation dans les écoles primaires de São Paulo. Ainsi, différents rapports ont été produits, ceux-ci sont représentatifs des actions du gouvernement de l'état pour le contrôle de la circulation et l'utilisation des manuels scolaires dans les écoles primaires au début du 20e siècle.

Mots-clé: manuel scolaire, enseignement de la lecture et de l'écriture, histoire de l'alphabétisation, histoire de l'éducation.

Introdução

No final do século 19, com a instauração do regime republicano e o crescente processo de modernização do país, o Estado de São Paulo adotou importantes medidas de reorganização e expansão da escola primária como forma de modernizar o campo educacional (Souza, 2008). Neste processo, as questões sobre o ensino da leitura e da escrita assumiram o centro do debate educacional, sobretudo, no que diz respeito à institucionalização do método analítico para esse ensino (Mortatti, 2000).

Em decorrência deste contexto de mudanças na educação paulista, marcado por iniciativas de reforma do ensino¹ com base nos pressupostos da Pedagogia Nova, passou-se a demandar a produção de cartilhas e livros de leitura, de modo que esses materiais atendessem aos pressupostos políticos e educacionais da reforma republicana da instrução pública paulista (Mortatti, 2000). No âmbito deste projeto republicano, a necessidade de produção de novos materiais didáticos deveu-se, dentre outros, à garantia de uniformidade do ensino, coerentemente com a perspectiva adotada pelos reformadores republicanos. Em relação a esse aspecto, observa Razzini (2012, p. 106) que

a principal consequência de tal uniformização [...] foi a exigência de que cada aluno tivesse seu próprio material escolar, aumentando a demanda por produtos que se tornariam cada vez mais de uso individual, como penas, lápis, ardósias, folhas de papel, cadernos e livros, antes partilhados por vários alunos em diferentes momentos.

Neste período, final do século 19 e início do século 20, por ser o material didático disponível insuficiente para atender às novas demandas da época, essas mudanças na instrução pública paulista aumentaram a necessidade de produção de novos livros didáticos, o que resultou numa progressiva expansão do mercado editorial neste setor. No entanto, apesar da ampla produção de livros didáticos na cidade de São Paulo, a circulação destes livros nas escolas públicas, especialmente a partir das décadas iniciais do século 20, esteve restrita ao crivo de aprovação de comissões nomeadas pela Diretoria Geral da Instrução Pública.

Essas comissões, de modo geral, eram responsáveis por emitir pareceres sobre os livros didáticos publicados à época, os quais, “uma vez aprovados, passavam a ser adotados - entendendo-se a ‘adoção’ como oficialização e aquisição - pelo Estado, para uso nas escolas primárias paulistas, com a finalidade de uniformizar o ensino da leitura.” (Mortatti, 2000, p. 87).

Dentre as comissões criadas no início do século 20² destacamos a atuação da Comissão Revisora dos livros didáticos, instituída em 1918, pelo então secretário de Interior do Estado de São Paulo, professor Oscar Rodrigues Alves. Esta Comissão, composta por Antonio de Sampaio Dória, Américo de Moura e Plínio Barreto, foi responsável por “selecionar, dentre os livros já aprovados, para uso dos alunos das

¹ Referimo-nos especialmente à Reforma Caetano de Campos, de 1890.

² Antes da Comissão instituída em 1918 haviam sido instituídas outras comissões nos seguintes anos: 1896 e 1907-1908 (Razzini, 2012).

nossas escolas, os que mais lhe convinham, cujas exclusões o Governo aceitou” (Dória; Moura; Barreto, 1918, p. 142).

Em vista dos aspectos apontados e da compreensão de que a atuação desta Comissão significou uma estratégia de controle da circulação dos livros didáticos em São Paulo, apresentamos aspectos da análise da configuração textual dos relatórios produzidos pelos integrantes da Comissão Revisora dos livros didáticos, de 1918, quais sejam: parecer 1, de 6 de janeiro de 1918, de Américo de Moura; parecer preliminar, de 6 de janeiro de 1918, de Antonio de Sampaio Dória; parecer preliminar, de 7 de janeiro de 1918, de Plínio Barreto; parecer suplementar, de 8 de janeiro de 1918, de Antonio de Sampaio Dória; parecer suplementar, de 11 de janeiro de 1918, de Américo de Moura; relatório geral, de 12 de janeiro de 1918, de Sampaio Dória (relator), Américo de Moura e Plínio Barreto; e acta de encerramento dos trabalhos da Comissão Revisora dos livros didáticos, também de 12 de janeiro de 1918, de Sampaio Dória (relator), Américo de Moura e Plínio Barreto.

Nosso objetivo com a análise destes documentos é contribuir para a produção de uma história do ensino da leitura e escrita no Brasil, bem como para a compreensão das questões envolvidas no processo de adoção oficial de livros didáticos voltados para este ensino no Estado de São Paulo.

Para análise destes relatórios utilizamo-nos do método de análise da configuração textual, que consiste na análise do

conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão (Mortatti, 2000, p. 31)

A criação da Comissão Revisora dos livros didáticos e a divisão do trabalho

Tendo em vista a necessidade de avaliar os livros didáticos que circulavam nas escolas primárias paulistas e rever quais, de fato, deviam permanecer como recomendados pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, no ano de 1918, o então secretário de Interior do estado de São Paulo, Oscar Rodrigues Alves, nomeou uma comissão para elaborar revisão dos livros didáticos até então aprovados para uso nas escolas primárias. Uma das incumbências dessa Comissão foi “lançar as bases de um padrão científico, por onde se pudessem moldar as obras futuras, destinadas às escolas” (Dória; Moura; Barreto, 1918, p. 142).

Tendo em vista esse propósito, para integrar essa Comissão, Oscar Rodrigues Alves nomeou como responsáveis pelos trabalhos: Antonio de Sampaio Dória³, também responsável por relatar os trabalhos da Comissão; Américo de Moura⁴; e Plínio Barreto⁵.

Para iniciar os trabalhos Antonio de Sampaio Dória, em *Parecer suplementar* (1918), defendeu a ideia de que a tal Comissão, composta por três integrantes, devesse organizar seu trabalho também em torno de três eixos, os quais, segundo ele, iam ao encontro do ideal de formação da criança. Esses eixos definidos por Sampaio Dória referiam-se à linguagem, à propriedade do assunto e ao método usado, a didaticidade.

A proposta de Sampaio Dória era que cada integrante da Comissão apresentasse um relatório preliminar sobre o aspecto que lhe coubesse analisar e, ao final dessa etapa, do conjunto dos três pareceres fosse elaborada uma síntese, correspondente ao parecer definitivo da Comissão. Nestes moldes a Comissão formada por Sampaio Dória, Américo de Moura e Plínio Barreto iniciou seus trabalhos com a divisão de qual aspecto caberia a cada um analisar.

Na divisão e organização do trabalho o professor Américo de Moura ficou responsável por avaliar a didaticidade dos livros didáticos, ou seja, o “methodo de desenvolvimento dos assumptos” (Dória; Moura; Barreto, 1918, p.145). Para os integrantes desta Comissão (1918a), a didaticidade abrangia o método de exposição e as

³ Nascido em Belo Monte, Província de Alagoas, em 25 de março de 1883, Sampaio Dória mudou-se com a família para São Paulo, em, 1889, onde terminou o curso primário e fez os estudos secundários. Em 1904, ingressou na Faculdade de Direito, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1908. Durante o curso, lecionou na Escola de Comércio Álvares Penteado e foi professor da disciplina Psicologia e Lógica no antigo Ginásio Macedo Soares. Em 1914, prestou concurso para a Cadeira de Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica da Escola Normal Secundária de São Paulo, sendo nomeado professor catedrático dessa escola. Em 1920, foi nomeado diretor geral da Instrução Pública paulista, cargo que ocupou até 1926, quando, por meio de concurso, tornou-se catedrático de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi exonerado por Vargas em 1938 e partiu para o exílio. Sampaio Dória faleceu em 1964 (Carvalho, 2002; Medeiros, 2005; Mathieson, 2012).

⁴ Nascido no sítio Retiro das Palmeiras, em Santa Bárbara do Oeste, então freguesia de Piracicaba, em 7 de junho de 1881. Américo Brasiliense Antunes de Moura fez seus estudos primários em Minas Gerais (1887-1890) e logo começou a trabalhar como comerciante. Em 1900, matriculou-se na Escola Normal da Praça, diplomando-se em 1903. Em 1904, foi nomeado para uma das cadeiras da Escola Complementar que posteriormente passou a ser a Escola Normal de Campinas. Nesse mesmo ano, disputou em concurso a cadeira de francês da Escola Normal da Praça, classificando-se em segundo lugar. Em 1906, conseguiu a cátedra de português do Ginásio de Campinas Culto à Ciência. Em Campinas permaneceu até 1914, ano em que alcançou a cadeira de português, literatura e latim da Escola Normal da Capital, a cujo corpo docente pertenceu durante mais de duas décadas. De 1916 a 1920, seguiu o curso de Direito. Atuou ainda como Presidente da Sociedade de Estudos Filológicos, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, integrante da Sociedade de Escritores, da Ordem dos Advogados, da Sociedade Científica de São Paulo, integrante da Academia Paulista de Letras (Melo, 1954).

⁵ Nascido em Campinas, em 20 de junho de 1882, Plínio Barreto, após concluir os estudos primários, matriculou-se no Seminário Episcopal, transferindo-se, mais tarde, para o Colégio S. Paulo, de Minas Gerais. Em 1902, se formou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo. Quando acadêmico, colaborou em numerosos jornais e revistas da época. Tornou-se grande amigo de Júlio Mesquita, passando a fazer parte da redação de *O Estado de S. Paulo* (1900-1927), onde iniciou suas atividades aos 14 anos, nesse jornal chegou ao mais alto cargo: o de diretor (1927-1942). Mas não atuou somente nesse jornal e nem ininterruptamente. Em 21 de dezembro de 1918 foi eleito integrante do Conselho do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo, ocupou ainda vários cargos eletivos e de nomeação, entre os quais o de deputado à Constituinte de 1946 e secretário da Justiça no governo organizado em 1930. Integrante de diversas entidades culturais e jurídicas (Melo, 1954; Cabral, 2009).

condições de higiene do material, entendida por eles como as cores, formas e grandeza das letras; distancia entre si das linhas; extensão e harmonia; e cor e qualidade do papel.

Ainda no que se refere à didaticidade de um livro os integrantes da Comissão explicavam que se tratava de um “conjunto de qualidades que o livro tem de possuir, é a sua adaptação às leis que regem a actividade cerebral do conhecimento. Estas leis se acham formuladas, provadas e consagradas” (Dória, Moura, Barreto, 1918, p. 146).

No entender de Américo de Moura, Sampaio Dória e Plínio Barreto,

todos os livros, verdadeiramente didáticos, começam por não dispensar, tanto quanto possível, as ilustrações que substituam, aproximadamente, a presença material das realidades aos sentidos. [...] É a velha e repetida marcha do conhecido para o desconhecido, do velho para o novo, do facil para o difícil. (Dória, Moura, Barreto, 1918, p. 146)

Para os integrantes da Comissão, o livro pode ter um tema admirável, especialmente no que se refere a moral, pode estar ao alcance dos seus leitores, com uma “linguagem pura” (Dória; Moura; Barreto, 1918, p.147), clara e corrente, mas se estiver exposto de modo impróprio para o entendimento infantil, ele será prejudicial ao ensino.

O segundo quesito a ser analisado, a linguagem, ficou sob a responsabilidade do advogado, jornalista e crítico literário Plínio Barreto. Na concepção dos integrantes da Comissão, o autor de livro didático devia ser “mestre na palavra” e “mestre na sciencia da criança”, uma vez que nem todo estilo fica bem nos livros didáticos. Devia-se, portanto, ter “apreço pela correcção grammatical” e “clareza de expressão”. A linguagem devia ser “natural e simples, sobria e elegante.” Esses são o mínimo de “attributos da arte, exigiveis em linguagem didatica” (Dória; Moura; Barreto, 1918, p. 143).

Ainda no entender dos três integrantes dessa Comissão, um dos segredos do êxito na escrita dos livros didáticos está

na escolha intelligente das palavras, tersas, limpidas, transparentes, dos torneios e modismos legitimos, da mais extrema vernaculidade; esta em dispor os termos novos de modo que, do contexto mesmo da phrase, lhe resalte o sentido exacto, está em graduar as difficuldades apparentes da lingua, inexistentes para os adultos, mas grandes e, não raro, desanimadoras, para os escolares, que estreiam. (Dória; Moura; Barreto, 1918, p. 143)

O terceiro e último quesito a ser analisado nos livros, a “propriedade do assumpto”, ficou sob a responsabilidade de Sampaio Doria. Segundo os integrantes da Comissão, a “propriedade do assumpto” refere-se ao “interêsse do assumpto, como perfeita adaptação delle ao preparo e á idade do escolar, e a conveniencia moral do assumpto, como factor de formação moral das crianças” (Dória, 1918a, p. 155).

Ainda sobre a propriedade do assunto, explicavam os integrantes da Comissão que era preciso que houvesse

uma perfeita correspondencia do objecto da leitura com a capacidade intellectual do leitor. Desta concordancia começa a nascer o interêsse, que prende suavemente a attenção do leitor. A graduação do assumpto com o

estado evolutivo e a cultura da criança é um dos mais conhecidos preceitos pedagogicos, a despeito da sua constante violação em toda parte, e todos os tempos. (Dória; Moura; Barreto, 1918, p. 144)

Assim, após definida a incumbência de cada integrante da Comissão, eles detiveram-se a análise dos livros e, em separado, elaboraram pareceres parciais sobre os aspectos que haviam observado.

O parecer de Américo de Moura

Encarregado de julgar a didaticidade dos livros didáticos já aprovados pela Diretoria Geral da Instrução Pública, Américo de Moura iniciou seu parecer justificando que o mais adequado para sua avaliação seria ter em mãos os relatórios dos demais integrantes da comissão. Américo de Moura defendia essa posição porque, segundo ele, a questão didática é a “soma de relações, noções inteiramente abstracta, ou concretiza-se num todo que abrange o fundo e a forma, além dos elementos physico-psychico a que esta e aquelle devem adaptar-se no ensino” (Moura, 1918a).

No entanto, na impossibilidade de ter acesso aos relatórios de Sampaio Dória e Plínio Barreto, por conta de atraso nos trabalhos da Comissão, esse professor elaborou o seu parecer - Parecer 1 (1918a) -, no qual apresentou sua proposta de aceitação e eliminação dos livros que analisou.

Quadro 1 -

Livros aprovados por Américo de Moura no parecer 1 (1918a)⁶.

Título	Autor
<i>Primeiro livro de leitura</i> (Série Puiggari-Barreto)	R. Puiggari e Arnaldo de O. Barreto
<i>Segundo livro de leitura</i> (Série Puiggari-Barreto)	R. Puiggari e Arnaldo de O. Barreto
<i>Terceiro livro de leitura</i> (Série Puiggari-Barreto)	R. Puiggari e Arnaldo de O. Barreto
<i>1º livro de leitura</i> (Série Rangel Pestana)	João Köpke
<i>2º livro de leitura</i> (Série Rangel Pestana)	João Köpke
<i>3º livro de leitura</i> (Série Rangel Pestana)	João Köpke
<i>Leituras práticas</i>	João Köpke
<i>Através do Brasil</i>	Olavo Bilac e Bomfim
<i>Poesias infantis</i>	Olavo Bilac
<i>Cartilha analytica</i>	Arnaldo de Oliveira Barreto
<i>O patinho feito</i> (Coleção “Biblioteca Infantil”)	Arnaldo de Oliveira Barreto
<i>Os cisnes selvagens</i> (Coleção “Biblioteca Infantil”)	Arnaldo de Oliveira Barreto
<i>O isqueiro encantado</i> (Coleção “Biblioteca Infantil”)	Arnaldo de Oliveira Barreto
<i>O soldadinho de chumbo</i> (Coleção “Biblioteca Infantil”)	Arnaldo de Oliveira Barreto
<i>O velocino de ouro</i> (Coleção “Biblioteca Infantil”)	Arnaldo de Oliveira Barreto
<i>Viagens maravilhosas de Simbad, o marinheiro</i> (Coleção “Biblioteca Infantil”)	Arnaldo de Oliveira Barreto
<i>Leituras Moraes</i>	Arnaldo de Oliveira Barreto
<i>Nova cartilha analytico-synthética</i>	Mariano de Oliveira
<i>Leituras preparatórias</i>	R. Macedo
<i>Minha pátria - 2º ano</i>	P. e Silva
<i>Minha pátria - 3º ano</i>	P. e Silva

⁶ Neste e nos demais quadros apresentamos a relação dos nomes dos autores e títulos dos livros do modo como constam nos documentos analisados.

<i>Meu livro: primeiras leituras</i>	Theodoro de Moraes
<i>Páginas infantis</i>	P. Duarte
<i>Cousas brasileiras</i>	Puiggari
<i>Segundo livro de leitura</i>	Tomás Galhardo
<i>Terceiro livro de leitura</i>	Tomás Galhardo
<i>Cartilha infantil</i>	Carlos Alberto G. Cardim
<i>Palestras sobre plantas</i>	C. Brilho
<i>Contos infantis</i>	Júlia L. Almeida e Adelina L. Vieira
<i>Fábulas</i>	Justiniano Rocha
<i>Histórias de nossa terra</i>	Júlia Lopes de Almeida
<i>Fábulas</i>	E. M. P.
<i>Nossa pátria</i>	R. Pombo
<i>Contos Moraes e cívicos</i>	G. Goes
<i>Tradições nacionais</i>	Carlos Alberto G. Cardim
<i>Coleção de mappas de Parker</i>	?

Fonte: *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo* (São Paulo, 1918).

Do total de 100 livros que Américo de Moura teve acesso para emitir seu parecer, ele propôs a aprovação de 36 livros, os quais variam entre livros de séries graduadas de leitura, livros literários, cartilhas e livros de leitura em geral.

Dentre as cartilhas que analisou Américo de Moura considerou adequadas, do ponto de vista didático, apenas quatro. São elas: *Meu livro*, de Theodoro de Moraes; *Cartilha infantil*, de Carlos Alberto Gomes Cardim; *Nova cartilha analytico-synthética*, de Mariano de Oliveira, e *Cartilha analytica*, de Arnaldo de Oliveira Barreto.

Em relação aos livros que integram séries graduadas de leitura, Américo de Moura aprovou os três primeiros livros da série Rangel Pestana, de João Köpke, e os três primeiros livros da série Puiggari-Barreto, de autoria de Romão Puiggari e Arnaldo de Oliveira Barreto.

Dentre os autores dos livros considerados aprovados por Américo de Moura destacam-se os nomes de Arnaldo de Oliveira Barreto e João Köpke. Dos 36 livros aprovados 11 são de autoria ou co-autoria de Arnaldo de Oliveira Barreto e quatro são de João Köpke.

É importante destacar, também, que embora a maior parte dos livros aprovados por Américo de Moura fossem de autoria de professores que defendiam o método analítico como o mais científico e eficiente, esse professor aprovou dois livros de leitura de Thomáz Galhardo, autor de uma das principais cartilhas brasileiras pelo método sintético, a saber: *Cartilha da infância*, publicada presumivelmente na década de 1880.

Além de elencar os livros que considerava aprovados, do ponto de vista didático, Américo de Moura também apresentou em seu relatório relação dos livros que não aprovava e as respectivas justificativas.

Quadro 2 -
Livros reprovados por Américo de Moura no parecer 1 (1918a).

Título	Autor	Justificativa
<i>Livro de composição</i>	Olavo Bilac e Bomfim	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Leitura</i>	Olavo Bilac e Bomfim	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Anthologia nacional</i>	Barreto e Laet	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Chorographia do Brasil</i>	Scrosoppi	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Arithmetica</i>	O. Freire	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Expositor de matemática</i>	C. B. Franco	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Sciencias naturaes e physicas</i>	Fernandes	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Instrução moral e cívica</i>	Felisberto	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Noções de hygiene</i>	Afranio e G. Couto	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Cartas Anepigraphas</i>	Scrosoppi	Não se destinam ao curso preliminar
<i>A educação physica</i>	Mosso	Não se destinam ao curso preliminar
<i>A arte de ensinar</i>	White	Não se destinam ao curso preliminar
<i>O ensino da música</i>	Carlos Alberto Gomes Cardim	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Princípios da Educação</i>	Padre Ozamis	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Rudimentos de pedagogia</i>	Martinez	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Tachygraphia</i>	Anderson	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Preleções de geographia</i>	D. Ramos	Não se destinam ao curso preliminar
<i>Quarto livro de leitura</i>	R. Puiggari e Arnaldo de O. Barreto	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Quarto livro de leitura</i>	João Köpke	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Florilégio</i>	João Köpke	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Princípios de composição</i>	G. do Prado	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Livro de português</i>	B. Pinheiro	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Livro das aves</i>	P. Duarte	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>A vida simples</i>	Wagner	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Livro das escolas</i>	T. Amaral	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>História do Brasil</i>	R. Pombo	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Grammatica (curso primário)</i>	Júlio Ribeiro	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Grammatica (curso médio)</i>	Júlio Ribeiro	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Grammatica</i>	Abilio	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Elementos de inst. moral e cívica</i>	E. da S ^a .	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Pequenas instr. moral e cívica</i>	Escrosoppi	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Manual de instrução moral e cívica</i>	Numa Droz	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Céu, terra, mar</i>	Arnaldo de Oliveira	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Os grandes pensadores</i>	T. de Campos	Não se adaptam ao curso preliminar
<i>Cartilha das mães</i>	Arnaldo de Oliveira Barreto	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Primeiro livro</i>	Juranville	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Cartilha da infancia</i>	Tomás Galhardo	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Arte da Leitura</i>	L. Cardoso	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados

<i>Livro dos principiantes</i>	N. Araújo	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Calligraphia americana</i>	Barreto e Roca	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Calligraphia</i>	Monteiro	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Cadernos de desenho</i>	O. Freire	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Calligraphia americana</i>	Vianna	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Calligraphia</i>	O. Freire	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Desenho</i>	Lima e Thompson	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Cartilha brasileira</i>	Locio	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Primeiro livro</i>	J. R. Coelho	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>A arte do desenho</i>	C. Res.	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Cartilha moderna</i>	S. Teixeira	Incompatíveis com os processos oficialmente adotados
<i>Pre-cartilha, livro do mestre</i>	Quaglio	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
<i>Arithmetica</i>	Roca	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
<i>Arithmetica</i> (volume I)	R. Barreto	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
<i>Arithmetica</i> (volume II)	R. Barreto	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
<i>Festas das árvores</i>	Silva-Rezende	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
<i>Jogos Gymnasticos</i>	Lange-Camargo	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
<i>Leitura analytica</i>	C. Fagundes	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
?	O. Lobo	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
?	E. Fagundes	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
?	L. Costa	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
?	M. Barreto	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
?	M. Silva	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
?	J. Landim	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares
?	A. Alves	Não se destinam aos alunos das escolas preliminares

Fonte: *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo* (São Paulo, 1918).

Em relação aos livros reprovados por Américo de Moura, 64 títulos, as justificativas por ele apresentadas são as seguintes: 18 não se destinam ao curso preliminar; 17 não se adaptam ao curso preliminar; 15 são incompatíveis com os processos oficialmente adotados nas escolas paulistas; 14 não se destinam aos alunos das escolas preliminares.

No caso das cartilhas que reprovou Américo de Moura explicou em seu *Parecer suplementar* (1918b) que o critério adotado foi o da “preferencia a marcha analytica, exigindo que o ponto de partida sejam phrases ou palavras oralmente familiares.” (Moura, 1918b, p. 178). Por essa razão, a *Cartilha da infância*, de Thomaz Galhardo, a *Cartilha moderna*, de Sylvio Teixeira e livro *Primeiros passos*, de Francisco Vianna, foram por ele reprovados. No caso dos livros de leitura, esse professor explica também em seu *Parecer suplementar* (1918b) que o critério adotado foi o método, nesse caso, a preferencia por um método que atendessem a necessidade de dar ao pequeno aprendiz “letras simples e compostas [...] dentro dos recursos de seu vocabulário oral, não só algumas palavras aprendidas como unidades visuaes mas quaisquer outras que forem foneticamente escriptas e até muitas de grafia etymologica e arrevezada” (Moura, 1918b, p. 180).

O parecer de Plínio Barreto

Plínio Barreto, encarregado de julgar a linguagem dos livros didáticos, se propôs a examinar a correção das frases e a propriedade do estilo. Antes de iniciar seu parecer, Plínio Barreto (1918, p. 163) explicou que

exclui do exame os livros estranhos ás classes primarias, a saber, todos os tratados de geografia, de historia, de arithmetica, de algebra, de geometria, de sciencias naturaes, todas as grammaticas, todas as selectas e todos os outros livros que, pela natureza do assumpto ou pela linguagem, são destinados ás classes adeantadas ou escapam á analyse especial de que fui incumbido.

Além de excluir esses livros, Plínio Barreto não emitiu parecer sobre outros livros por não o tê-los recebido. Esse é o caso, por exemplo, de *Cartilha infantil*, de Carlos A. Gomes Cardim, e *Leitura*, de Maria Rosa Ribeiro.

Em seu *Parecer preliminar* (1918), Plínio Barreto não afirma com clareza quais livros considerava aprovados ou reprovados. Ele apenas apresenta um sucinto parecer sobre a questão da linguagem, para cada um dos livros que analisou.

Quadro 3 -

Livros avaliados por Plínio Barreto no parecer preliminar (1918).

Título	Autor	Justificativa
<i>Livros de leitura</i>	Puiggari - Barreto	A linguagem é correta, porém apresenta alguns defeitos de estilo, como repetições desnecessárias e construções viciosas. Observou-se ainda deturpações de sentido em vários vocábulos e expressões.
<i>Livros de Leituras Práticas</i>	João Köpke	Notam-se muitos defeitos de redação e alguns vícios de linguagem.
<i>Livro de Leitura e Através do</i>	Bilac-Bomfim	Irrepreensíveis

<i>Hist. Educ. (Online)</i>	Porto Alegre	v. 19	n. 45	Jan./abr., 2015	p. 103-125
-----------------------------	--------------	-------	-------	-----------------	------------

<i>Brasil</i>		
<i>Poesias infantis</i>	Olavo Bilac	Perfeitas
<i>Contos patrios</i>	Bilac-Coelho Netto	Linguagem pura, em alguns de seus contos o autor se apartou um pouco da simplicidade de estilo que a inteligência dos seus leitores exige.
<i>Obras de Leitura e Traduções de Andersen</i>	Arnaldo Barreto	Linguagem aceitável
<i>Paginas infantis e Cartilhas</i>	Marianno de Oliveira	Linguagem boa
<i>Novas leituras</i>	R. Rocca - M. Oliveira	Alguns erros, vários são simples descuidos tipográficos.
<i>Cartilha e Pequenas leituras</i>	Ramon Rocca Dordal	Alguns erros
<i>Primeiro livro das crianças</i>	Clarice Juranville	Linguagem regular
<i>Coração de Crianças</i>	Rita de Macedo	Em geral a frase é correta, mas observam-se alguns defeitos.
<i>Minha pátria e Cartilha do lar</i>	Pinto e Silva	Adjetivação excessiva e nem sempre feliz.
<i>Meu livro</i>	Theodoro de Moraes	Algumas incorreções
<i>Primeiros passos na leitura, Leituras infantis, Cartilha e Livros de Leitura</i>	Francisco Vianna	Defeitos de redação
<i>Leituras infantis</i>	F. Vianna - M. Carneiro Jr.	Falta de elegância e, às vezes, de clareza
<i>Paginas infantis</i>	Presciliana de Almeida	Linguagem boa
<i>Album de gravuras e Coisas brasileiras</i>	Ramon - Puigari	Nada a opor
<i>Cartilhas e Leituras</i>	Thomaz Galhardo	Singularidade de expressão
<i>Pequenos trechos</i>	Octaviano de Mello	Nada a opor
<i>O amiguinho de Nhonhô</i>	Menezes Vieira	Incorreções
<i>Humildes e Martyres; O lar</i>	Miguel Milano	A linguagem nem sempre é correta
<i>As crianças e os animaes; Nossos amigos</i>	Suzanna Cornaz	Nada a opor
<i>Contos infantis</i>	Adelina Vieira - J. Lopes	Linguagem boa
<i>Fábulas</i>	Justiniano Rocha	Nada a opor
<i>Poesias escolares</i>	Oscar Brisolla	Expressões impróprias
<i>Era uma vez...</i>	Viriato Correa - J. do Rio	Linguagem inadequada a cérebros infantis e não raro sem a devida pureza.
<i>Histórias de nossa terra</i>	Julia Lopes de Almeida	Linguagem excelente
<i>Fábulas</i>	E.N.P.	Incorreções
<i>Contos Moraes e Cívicos do Brasil</i>	Carlos Goes	Linguagem excelente
<i>Tradições nacionaes</i>	Carlos A. Gomes Cardim	Adjetivação excessiva, defeitos de construção.
<i>Meus deveres</i>	Pinto e Silva	Adjetivação demasiada
<i>Alma Infantil</i>	Francisca Julia da Silva	Linguagem excelente

Fonte: *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo* (São Paulo, 1918).

Pelo modo como Plínio Barreto organizou seu relatório é possível presumir que ele tenha avaliado mais de 50 livros. No entanto, não é possível precisar este número, uma vez que ele, ao organizar os seu parecer pelo nome dos autores, não menciona todos os títulos que analisou de cada um desses autores. Em alguns casos, apenas consta menções genéricas, como cartilhas ou livros de leitura.

Como se pode observar pelo quadro 3, somente em alguns casos é possível presumir quais são os livros aprovados ou reprovados por Plínio Barreto, por conta do uso das seguintes expressões: linguagem correta; linguagem pura; linguagem inadequada linguagem aceitável; linguagem regular; linguagem nem sempre correta; expressões impróprias; irrepreensíveis; perfeitas; falta de elegância e clareza; singularidade de expressão; em geral a frase é correta, mas observam-se alguns defeitos. Esses termos ou frases são por Plínio Barreto utilizados apenas uma vez na apreciação que faz dos livros. As expressões alguns erros e defeitos de redação são usadas por ele em duas apreciações. As expressões *linguagem boa*, *linguagem excelente*, *incorreções e adjetivação excessiva* em três apreciações. A expressão *nada a opor* em quatro apreciações. Destacamos, ainda, que essas apreciações referem-se, algumas vezes, a dois ou três livros de um mesmo autor.

Dentre os livros analisados por Plínio Barreto, classificados com expressões elogiosas e, por isso, provavelmente recomendados por ele, têm-se os seguintes: linguagem excelente - *Alma Infantil*, de Francisca Julia da Silva; *Contos Moraes e Cívicos do Brasil*, de Carlos Goes; e *Histórias de nossa terra*, de Julia Lopes de Almeida; perfeitas - *Poesias infantis*, de Olavo Bilac; irrepreensíveis - *Livro de leitura e Através do Brasil*, de Bilac e Bomfim.

O parecer de Sampaio Dória

Sampaio Dória, na condição de relator da Comissão e também proponente da divisão do trabalho por eles desenvolvido, encarregou-se da análise da propriedade dos assuntos apresentados nos livros didático didáticos.

Ao analisar os livros a que teve acesso, Sampaio Dória (1918a, p. 155) identificou, “com pesar, sensível deficiência de livros aproveitáveis.” Segundo ele,

aqui, eram historietas tolas, mal compostas e retorcidas; ali, eram narrações despidas de interesse, sem vibração e sem vida. Depois, eram quasi todas falhas na intenção educadora, que lhes cumpre. O de que mais e tecem, é de situações fictícias e lances ridículos. Não esclarecem, não moralizam, não concorrem para a formação mental e moral das crianças. (Dória, 1918a, p. 155)

Mesmo com os problemas identificados, Sampaio Dória (1918a, p. 155) explica que “não havendo outros livros onde escolher, já que alguma coisa é preciso que escolha”, recomendou a aprovação de alguns livros, adotando o critério da “conveniencia psychica e moral do assumpto”.

Quadro 4 -

Livros aprovados por Sampaio Dória no parecer preliminar (1918).

Título ou série	Autor	Destinação
<i>1º livro de leitura</i> (Série Rangel Pestana)	João Köpke	Leitura no 1º. ano
<i>2º livro de leitura</i> (Série Rangel Pestana)	João Köpke	Leitura no 2º. ano
<i>Fábulas</i>	Justiniano Rocha	Leitura no 2º. ano
<i>3º livro de leitura</i> (Série Rangel Pestana)	João Köpke	Leitura no 3º. ano
<i>Contos Moraes e cívicos</i>	G. Goes	Leitura no 3º. ano
<i>Cousas brasileiras</i>	Puiggari	Leitura no 3º. ano
<i>Páginas infantis</i>	P. Duarte	Leitura no 3º. ano
<i>Contos infantis</i>	Júlia L. Almeida e Adelina L. Vieira	Leitura no 3º. ano
<i>Leituras Moraes</i>	Arnaldo de Oliveira Barreto	Leitura no 3º. ano
<i>Poesias infantis</i>	Olavo Bilac	Leitura no 3º. ano
<i>Collectaneas</i>	Alvaro Guerra	Leitura no 3º. ano
<i>Através do Brasil</i>	Olavo Bilac e Bomfim	Leitura auxiliar
Livros da coleção “Biblioteca Infantil”	Arnaldo de Oliveira Barreto	Leitura auxiliar
<i>Pátria Brasileira</i>	Coelho Netto	Leitura auxiliar
<i>Tradições nacionais</i>	Carlos Alberto Gomes Cardim	Leitura auxiliar
<i>Meu livro</i>	Theodoro de Moraes	Leitura auxiliar
<i>Alma infantil</i>	Francisca Julia	Leitura auxiliar
<i>Leituras práticas</i>	João Köpke	Leitura auxiliar
<i>Minha pátria</i>	R. Pombo	Leitura auxiliar
Série graduada de leitura	Romão Puiggari e Arnaldo de O. Barreto	Leitura auxiliar
Série graduada de leitura	Thomáz Galhardo	Leitura auxiliar
Série graduada de leitura	Francisco Vianna	Leitura auxiliar
Série graduada de leitura	Ramon Roca Dordal e Mariano de Oliveira	Leitura auxiliar
Série graduada de leitura	Rita de Macedo Barreto	Leitura auxiliar

Fonte: *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo* (São Paulo, 1918).

Ao elaborar seu relatório, Sampaio Dória, além de indicar os livros que recomendava a adoção para uso nas escolas primárias paulistas, indicou para quais anos do ensino primário fazia essa recomendação. Segundo este professor deviam ser aprovados apenas um livro de leitura para o 1º ano; dois livros de leitura para o 2º ano; e oito livros de leitura para o 3º ano.

Como leitura suplementar Sampaio Dória (1918a) aprovou apenas sete livros literários, cinco séries graduadas de leitura e os livros da coleção Biblioteca Infantil.

Além da aprovação dos livros listados no quadro 4, Sampaio Dória considerou aprovadas todas as cartilhas a que teve acesso, no entanto, ele não menciona quais cartilhas são essas⁷.

Em relação aos livros aprovados por Sampaio Dória, diferentemente de Américo de Moura, que reprovou o *Quarto livro de leitura*, de Romão Puiggari e Arnaldo de Oliveira Barreto, ele aprovou esse livro, porém como livro para leitura suplementar.

Dentre os autores que tiveram seus livros aprovados por Sampaio Dória, o nome de João Köpke se destaca, sendo o único que tem livros recomendados para todos os anos da escola primária.

Em relação aos livros considerados por Sampaio Dória não adequados do ponto de vista do assunto, ele apresenta justificativa de reprovação para 57 títulos.

Quadro 5 -

Livros reprovados por Sampaio Dória no parecer preliminar (1918).

Título	Autor	Justificativa
<i>Minha pátria</i>	Pinto e Silva	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Meus deveres</i>	Pinto e Silva	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Livro das aves</i>	P. de Almeida	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Leituras intermediárias</i>	M. R. Ribeiro	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>1º livro de leitura</i>	M. R. Ribeiro	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>2º livro de leitura</i>	M. R. Ribeiro	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>3º livro de leitura</i>	M. R. Ribeiro	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>4º livro de leitura</i>	M. R. Ribeiro	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Álbum de gravuras</i>	R. Puiggari e Arnaldo de O. Barreto	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Educação moral e cívica</i>	C. Quaglio	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Educação Patriótica</i>	C. Quaglio	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Leituras manuscrita</i>	R. P. B.	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Leitura infantil</i>	L. Franco	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Arte de Leitura</i>	L. Franco	Ausência de naturalidade, interesse e graça

⁷ Como a relação completa de livros a que tiveram acesso, cada um dos pareceristas, não consta nos relatórios, não é possível saber quais foram, exatamente, os títulos que cada um analisou. Pelos dados apresentados nos relatórios é possível observar, apenas, que alguns pareceristas tiveram acesso a livros que outros não tiveram. Esse é o caso, por exemplo, do livro *Alma infantil*, de Francisca Júlia, que aparece no relatório de Sampaio Dória, porém, não consta na relação dos 100 livros analisados por Américo de Moura.

<i>Livro dos principiantes</i>	N. Araújo	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>As crianças e os animais</i>	S. C.	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Novos Amigos</i>	S. C.	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Poesias</i>	Brisola	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Era uma vez...</i>	V. Correa e João do Rio	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Livro das escolas</i>	Tancredo Amaral	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>A arvore</i>	Affonso e J. Lopes	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Fábulas e leituras</i>	F. Luz	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Educação moral e cívica</i>	J. Coelho	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>O lar moderno</i>	V. Silva	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Pequenos trechos</i>	Octaviano de Mello	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Manual de instr. moral e cívica</i>	N. Droz	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Instrução moral e cívica</i>	Felisberto de Carvalho	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Primeiro Livro</i>	C. Juranville	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Lições de Cousas</i>	Saffray	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Minhas leituras</i>	D. Ramos	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Palestras paternas</i>	F. Mourão	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Festas Nacionaes</i>	R. Octaviano	Ausência de naturalidade, interesse e graça
<i>Florilégio contemporâneo</i>	João Köpke	Assunto acima da compreensão infantil
<i>4º. Livro de leitura</i>	João Köpke	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Livros de composição</i>	Olavo Bilac	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Livro de leitura</i>	Olavo Bilac	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Minha terra e minha gente</i>	Afrânio Peixoto	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Livro de Portuguez</i>	B. Pinheiro	Assunto acima da compreensão infantil
<i>A vida simples</i>	Wagner	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Antologia</i>	C. de Laet	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Noções de Hygiene</i>	Afranio Peixoto	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Noções de vida prática e de vida doméstica</i>	F. Ferreira	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Princípios de Educação moral e cívica</i>	H. Coelho	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Questões philológicas</i>	H. Scrosope	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Festa das árvores</i>	J. Silveira	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Noções práticas de orthographia</i>	M. Araújo	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Noções de orthographia</i>	A. Silva	Assunto acima da compreensão infantil

Hist. Educ. (Online)

Porto Alegre

v. 19

n. 45

Jan./abr., 2015

p. 103-125

<i>Educação Physica</i>	Angelo Mosso	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Arte de ensinar</i>	Wite	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Jogos Gymnasticos</i>	E. Lange	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Céo, terra e mar</i>	Alberto Oliveira	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Princípios de educação</i>	F. G.	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Os grandes pensadores</i>	T. Campos	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Rudimentos de Pedagogia</i>	F. Martinez	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Systema de Tachigraphia</i>	Andersen	Assunto acima da compreensão infantil
<i>O ensino de música</i>	Carlos Alberto Gomes Cardim	Assunto acima da compreensão infantil
<i>Coração</i>	Edmundo de Amicis	Não contribui para formação patriótica

Fonte: *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo* (São Paulo, 1918).

Do total dos livros reprovados por Sampaio Dória, 32 foram considerados sem naturalidade, interesse e graça para os pequenos leitores, 24 foram considerados como acima da capacidade de compreensão das crianças e um foi considerado não adequado à formação patriótica.

Especificamente sobre este livro reprovado por não contribuir para a formação patriótica, trata-se do livro *Coração*, de Edmundo de Amicis, que, segundo Sampaio Dória

embora incomparável e modelar, não serve aos objetivos de nossa formação patriótica e nacionalista, maiormente onde intensa é a população descendente da Itália. Aquelle livro é antes um admirável padrão, por onde os assumptos nacionais podem ser vasados, para cooperar na manutenção de desenvolvimento da consciência nacional. (1918a, p. 158)

No caso dos demais livros reprovados por Sampaio Dória, o autor que teve maior quantidade de livros reprovados foi M. R. Ribeiro, que teve toda sua série de leitura considerada sem naturalidade, interesse e graça.

O relatório geral e os livros aprovados e recomendados

Com os pareceres sobre os três requisitos substanciais de um bom livro didático, os integrantes da Comissão reuniram-se para deliberar definitivamente sobre quais livros consideravam preferíveis para adoção nas escolas primárias paulistas. O resultado dessas deliberações foi sistematizado por Sampaio Dória (relator), Américo de Moura e Plínio Barreto no *Relatório geral*, de 12 de janeiro de 1918, o qual foi apresentado a Oscar Rodrigues Alves, secretário do Interior do Estado.

Quadro 6 -

Livros aprovados pela Comissão do Livro didático.

Título	Autor	Destinação
<i>Meu livro</i>	Theodoro de Moraes	Aprendizagem da leitura
<i>Cartilha infantil</i>	Carlos A. Gomes Cardim	Aprendizagem da leitura
<i>Cartilha analytico-synthetica</i>	Mariano de Oliveira	Aprendizagem da leitura
<i>Primeiro livro de leitura</i>	João Köpke	Leitura no primeiro ano
<i>Segundo livro de leitura</i>	João Köpke	Leitura no segundo ano
<i>Terceiro livro de leitura</i>	João Köpke	Leitura no terceiro ano

<i>Através do Brasil</i>	Olavo Bilac e Bonfim	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Poesias infantis</i>	Olavo Bilac	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Leituras preparatórias</i>	Rita Barreto	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Leituras preparatórias</i>	Francisco Vianna e Miguel Carneiro	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Contos infantis</i>	Júlia L. de Almeida e Adelina L. Vieira	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Fábulas</i>	Justiniano da Rocha	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Página infantil</i>	Mariano de Oliveira	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Cousas brasileiras</i>	Ramon Puiggari-Barreto	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Páginas Infantis</i>	P. de Almeida	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Alma infantil</i>	Francisca Júlia	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Histórias de nossa terra</i>	Júlia Lopes de Almeida	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Contos Práticos</i>	Coelho Netto e Olavo Bilac	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Nossa Pátria</i>	Rocha Pombo	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Contos Moraes e Cívicos</i>	C. Góes	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Leituras Moraes</i>	Arnaldo Barreto	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Bibliotheca infantil</i>	Organizada por Barreto	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Minha pátria</i>	Pinto e Silva	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Pequenos trechos</i>	Octaviano de Mello	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Leituras práticas</i>	João köpke	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Leituras manuscriptas</i>	B.P.R.	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Moral prática elementar</i>	Emilia Costa	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Meu livro</i>	Theodoro de Moraes	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Livros de leitura (1, 2, 3,)</i>	Puiggari-Barreto	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Segundo livro de leitura</i>	Thomáz Galhardo	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Terceiro livro de leitura</i>	Thomáz Galhardo	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Primeiro livro de leitura</i>	Francisco Vianna	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Segundo livro de leitura</i>	Francisco Vianna	Leituras suplementares e auxiliares

<i>Terceiro livro de leitura</i>	Francisco Vianna	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Novas leituras</i>	Ramon R. Dordal e Mariano de Oliveira	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Coração das crianças</i>	Rita Barreto	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Palestra sobre as plantas</i>	C. Brilho	Leituras suplementares e auxiliares
<i>Leituras intermediárias</i>	Maria Rosa	Leituras suplementares e auxiliares

Fonte: *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo* (São Paulo, 1918).

No *Relatório geral* elaborado pelos integrantes da Comissão é apresentada relação de 38 livros aprovados. Deste total: para ensino inicial da leitura foram aprovados os livros *Meu livro*, de Theodoro de Moraes, *Cartilha infantil*, de Carlos A. Gomes Cardim, e *Cartilha analytico-synthetica*, de Mariano de Oliveira; para o ensino da leitura no 1º, 2º. e 3º. anos da escola primária, foram aprovados o *Primeiro*, *Segundo* e *Terceiro livro de leitura*, de João Köpke; e, para leitura suplementar, foram aprovados 32 livros de diferentes autores.

Em relação aos 32 livros aprovados para leitura suplementar chama a atenção a aprovação de dois livros de leitura de Thomáz Galhardo, conhecido como partidário do método sintético para o ensino da leitura. Embora neste período, 1918, as disputas em torno do ensino da leitura pelo método analítico fossem menos acirradas que no final do século 19 e primeira década do século 20, este método ainda era o adotado oficialmente pela Diretoria Geral da Instrução Pública paulista e devia ser utilizado, obrigatoriamente, em todas as escolas primárias do Estado (Mortatti, 2000). No entanto, no caso dos livros de Thomáz Galhardo, cabe destacar que, embora integrassem uma série graduada de leitura composta por uma cartilha sintética, eles não apresentam um método em si. De modo geral, os dois livros de Thomáz Galhardo aprovados para leitura suplementar apenas apresentam sequencia de textos a serem lidos pelos alunos.

Cabe destacar, também, que embora o número de livros aprovados pela Comissão seja relativamente grande, eles fazem a seguinte advertência:

Em rigor, raro teria sido o que satisfizesse em toda linha, os requisitos essenciais das obras didáticas. Umas estavam bem, quanto á linguagem, mas eram inconvenientes, quanto ao methodo de exposição, ou quanto ao interêsse que pudessem offerecer. Com outras se dava o inverso. Em quasi todas, falhas lastimaveis. (Dória, Moura, Barreto, 1918, p. 148)

Após a conclusão dos trabalhos da Comissão foi expedido, pela Diretoria Geral da Instrução Pública, um relatório com a relação dos livros adotados.

Essa relação é constituída dos seguintes livros: para o 1º ano, *Meu livro*, de Theodoro de Moraes, *Cartilha infantil*, de Carlos a. Gomes Cardim, *Cartilha Analytica*, de Mariano de Oliveira, *Leitura preparatoria*, de Rita Barreto, e *Primeiro livro*, de João Köpke; para o 2º ano, *Segundo livro*, de João Köpke, *Primeiro livro de leitura*, de Puiggari-Barreto, *Corações de crianças*, de Rita Barreto, *Minha patria*, de Pinto e Silva; para o 3º ano, *Cousas brasileiras*, de Romão Puiggari, *Corações de crianças*, de Rita Barreto,

Hist. Educ. (Online)	Porto Alegre	v. 19	n. 45	Jan./abr., 2015	p. 103-125
----------------------	--------------	-------	-------	-----------------	------------

Terceiro livro de leitura, de João Köpke, e *Minha patria*, de Pinto e Silva; para o 4º ano, *Terceiro livro de leitura*, de Romão Puigarrí e Arnaldo de O. Barreto; *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Bomfim, *Historias da nossa terra*, de Julia Lopes, e *Poesias infantis*, de Olavo Bilac.

Como se pode observar, apesar de a Comissão ter indicado a adoção de 38 livros, apenas 17 foram, de fato, adotados pela Diretoria Geral da Instrução Pública.

Medidas de controle da circulação do livro didático em São Paulo

Os resultados da análise dos relatórios aqui apresentados possibilitam compreender algumas das ações implantadas pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, como forma de controle da circulação e do uso dos livros didáticos para o ensino da leitura e da escrita neste Estado.

Dentre estas ações observa-se a busca por aprovação e recomendação majoritária de livros ligados à vertente metodológica do método analítico para o ensino da leitura, uma vez que esse método havia sido institucionalizado como oficial no Estado de São Paulo após a Reforma da Instrução Pública, em 1890. No entanto, apesar de o método analítico ser o método oficial e obrigatório de ensino neste período, este movimento vinha perdendo forças nos anos finais da década de 1910, em São Paulo.

Nesse período Sampaio Dória começou a se destacar como líder do movimento reformador, vindo a substituir, na década de 1920, o então diretor geral da Instrução pública, Oscar Thompson, liderando a chamada Reforma de 1920. Esta reforma, dentre outras mudanças, conferiu autonomia didática aos professores paulistas, desobrigando-os a ensinar a ler e escrever pelo método analítico (Mortatti, 2000).

Estes aspectos possibilitam observar duas questões. A primeira refere-se à indicação de Sampaio Dória como relator da Comissão e, de certo modo, responsável pelos trabalhos. Esta indicação demonstra o ganho de espaço que esse educador vinha obtendo no cenário educacional paulista, assim como vinham ganhando força e adesão as ideias reformadoras que defendia. Daí a aprovação, por parte de Sampaio Dória e dos demais integrantes da Comissão, de livros de autoria de escritores didáticos adeptos ao método sintético ou ao método misto, como são os casos de Thomáz Galhardo e Mariano de Oliveira. Neste sentido, a comissão parece ter atuado no sentido de arrefecer as medidas de controle de circulação de livros e cartilhas ligadas ao método sintético, ainda que a comissão tenha, ao mesmo tempo, sido bastante severa na reprovação da maior parte dos livros de leitura complementar.

Uma segunda questão refere-se ao fato de os livros indicados no parecer final não terem sido, todos eles, acatados como recomendados pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. Este aspecto possibilita presumir que, por mais que a obrigatoriedade do ensino da leitura pelo método analítico vinha perdendo força já nos anos finais da década de 1910, o que ficou como recomendação oficial da Diretoria Geral da Instrução pública, diferentemente das sugestões da Comissão, foram apenas livros declaradamente elaborados por partidários do ensino pelo método analítico. Ou seja, ainda que a Comissão tivesse recomendado a aprovação de livros de diferentes naturezas metodológicas, como certo prenúncio da autonomia didática que seria conferida ao professor primário em vista do movimento reformador, a Diretoria Geral da Instrução

Pública optou por manter o rigor com a circulação apenas de livros didáticos de partidários do método analítico. Isso possibilita presumir uma tentativa, velada, de induzir os professores a continuar ensinando a ler pelo método analítico, mesmo com o advento da reforma, pois somente haveria cartilhas analíticas recomendadas pela Diretoria.

Os resultados aqui apresentados possibilitam observar, ainda, uma terceira questão. Os livros aprovados pela Comissão e adotados pela Diretoria Geral da Instrução Pública são de autoria de professores paulistas e fluminenses que estiveram, ora mais, ora menos, próximos do círculo do poder em São Paulo (Mortatti, 2000). Embora os aspectos didáticos pudessem ter sido a base das ações da Comissão no que concerne à aprovação e adoção de livros didáticos, as questões interpessoais e as redes de relações estabelecidas entre os que ocupavam os altos cargos políticos e os autores de livros didáticos também podem ter interferido nos resultados dessas ações.

Sobre este aspecto é possível observar, por exemplo, que os livros aprovados são de autoria de professores que já haviam ocupado ou que ocuparam, em anos posteriores a 1918, importantes cargos da instrução pública paulista: Theodoro de Moraes havia sido professor e diretor em diferentes escolas da capital e do interior, foi inspetor escolar na década de 1910 e, posteriormente, foi inspetor geral do ensino, na década de 1920; Carlos Alberto Gomes Cardim havia sido secretário da Instrução Pública no Estado do Espírito Santo, professor da Escola Normal Secundária de São Paulo e, em 1925, assumiu o cargo de diretor da Escola Normal de São Paulo; Mariano de Oliveira exerceu cargos de diretor e inspetor escolar em escolas da capital e do interior e, entre 1917 e 1922, foi diretor da Escola Normal de São Carlos; Arnaldo de Oliveira Barreto também exerceu cargo de diretor de escola, foi editor-chefe da *Revista de Ensino* e, entre 1924 e 1925, foi diretor da Escola Normal de São Paulo; João Köpke foi professor na Faculdade de Direito de São Paulo e fundou e dirigiu importantes escolas.

Além disso, os nomes dos autores dos livros aprovados remetem à chamada polêmica entre paulistas e fluminenses, ocorrida em 1916, sobre o modo paulista de processar o método analítico (Mortatti, 2000). Esta polêmica teve início quando o fluminense João Köpke expressou o desejo de ceder os direitos autorais de suas cartilhas ao Estado de São Paulo e, então, o jornal *O Commercio de São Paulo* organizou um inquérito, com entrevistas dos professores paulistas Arnaldo de Oliveira Barreto, Carlos Alberto Gomes Cardim e Theodoro de Moraes (Mortatti, 2000). Nestas entrevistas, Barreto e Cardim entendem que são diferentes os modos de se processar o método analítico defendido pelos paulistas, comparativamente ao modo como propõe João Köpke em suas cartilhas. Por isso, eles consideravam prejudicial a adoção das cartilhas de Köpke no Estado de São Paulo, uma vez que “o ‘methodo analytico no ensino da leitura aos analfabetos’ praticado nas escolas públicas paulistas é o ideal, respeitando as leis científicas do aprendizado da leitura e apresentando, então, resultados ‘verdadeiramente surphendentes’: 70% de promoções” (Mortatti, 2000, p. 119).

No âmbito desta polêmica a comissão designada para elaborar parecer de aceite ou não da doação das cartilhas de Köpke para o Estado de São Paulo emitiu parecer contrário a essa adoção. Isso levou o educador fluminense a redigir cartas a Cardim, Barreto e Mariano de Oliveira, explicando as diferenças entre sua cartilha e a destes professores, lamentando a situação (Mortatti, 2000).

O fato de as cartilhas destes professores, dois anos depois desta polêmica, terem sido recomendadas para uso nas escolas primárias paulistas pode ter significado, também, uma medida do governo, representado na figura de Oscar Thompson e dos integrantes da Comissão, para amenizar a polêmica e disputa entre estes professores.

Enfim, pelos aspectos aqui apresentados, mais do que apenas elaborar uma relação oficial de livros recomendados para o ensino da leitura e da escrita, as ações implementadas pela Comissão Revisora dos livros didáticos indicam medidas de controle da circulação e utilização desses livros nas escolas primárias paulistas, o que, por sua vez, se relaciona a políticas educacionais, e mesmo de disputa de poder, do momento histórico aqui tratado. Neste período, ter um livro chancelado pela Diretoria Geral da Instrução pública dava prestígio ao escritor didático e representava certa forma de impor a adoção de seu livro para o ensino de leitura e escrita nas escolas públicas primárias do Estado de São Paulo.

Referências

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Antônio de Sampaio Dória. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A; BRITTO, Jader de M (orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-Inesp-Comped, 2002, p. 123-130.
- BARRETO, Plínio. Parecer preliminar. In: SÃO PAULO. *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1918, p. 163-171.
- DÓRIA, Antonio de Sampaio; MOURA, A; BARRETO, P. Parecer geral. In: SÃO PAULO. *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1918, p. 142-153.
- DÓRIA, Antonio de Sampaio. Parecer preliminar. In: SÃO PAULO. *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1918a, p. 155-158.
- MELO, Luís Correia de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização* (São Paulo - 1876/1994). São Paulo: Unesp/MEC, 2000.
- MOURA, Américo de. Parecer 1. In: SÃO PAULO. *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1918a, p. 158-162.
- MOURA, Américo de. Parecer suplementar. In: SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1918b, p. 176-184.
- RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. São Paulo: cidade dos livros escolares. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010, p.101-120.
- RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Livro didático e expansão escolar em São Paulo (1889-1930). *Língua escrita*. Belo Horizonte, v. 1, 2007, p. 19-43.
- SÃO PAULO. *Anuario do ensino do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1918.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século 20*. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA é doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista, campus de Marília; professor substituto do curso de Arquivologia desta mesma instituição e professor do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã. É integrante, desde 2007, do Grupo de Pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil. Endereço: Rua Duartina, 208 - 17604-270 - Tupã - SP - Brasil. E-mail: fer.tupa@gmail.com.

THABATHA ALINE TREVISAN é doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, e realiza estágio pós-doutoral nessa mesma instituição. Atualmente é professora substituta do curso de Pedagogia da Unesp, campus de Marília. É integrante, desde 2001, do Grupo de Pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil e da Associação Brasileira de Alfabetização. Endereço: Rua dos Cristais, 43 - 17516-050 - Marília - SP - Brasil. E-mail: t_trevisan@ig.com.br.

Recebido em 26 de junho de 2014.
Aceito em 26 de setembro de 2014.